



Ata da 11.ª Reunião de Câmara | Ordinária
06 de abril de 2021, 16:00h
Maia, Paços do Concelho | Videoconferência

Ao sexto dia do mês de abril de 2021, pelas 16:00h, por videoconferência através da plataforma zoom, realizou-se a 11.ª reunião de Câmara, ordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
4. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
5. Vereadora, Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
6. Vereador, José António Andrade Ferreira
7. Vereador, Jaime Manuel da Silva Pinho
8. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
9. Vereadora, Paula Cristina Romão Pereira
10. Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda

Este ausente o Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves, por motivos devidamente justificados, e esteve presente em sua substituição a Senhora Vereadora Ana Cristina Alves Correia.

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:



1. Período de Antes da Ordem do Dia

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, e relativamente ao Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo e tal como já tinham referido em reunião anterior, e antecipando-se à dificuldade que iriam ter em conseguir acrescentar valor, deu nota de que a Coligação “Um Novo Começo” tinha-se visto impossibilitada de acrescentar valor e de fazer propostas de melhoria ao documento apresentado por manifesta falta de tempo para analisar o documento de uma forma efetiva, tal como merecia. Mais acrescentou que como só tinha sido enviado no dia 29 de março, depois com o período da Páscoa e com a preparação da presente reunião, não tinha havido tempo útil para o fazer. Relativamente ao enorme volume de suporte documental para as reuniões, quer o número de pontos quer de documentação, salientando que já tinham feito referência a isso várias vezes, referiu que isso impossibilitava uma leitura atenta de centenas de páginas. Também deu nota de que o problema não era só o número de páginas, mas também a qualidade da documentação que era enviada, em termos da pertinência da informação e também a ausência de outra que seria relevante para a análise dos pontos. Mais realçou que ficava sempre com a sensação que se confundia eficácia com eficiência e mesmo com efetividade e que os documentos enviados eram “muita parra e pouca uva”.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras começou por referir que o impacto das medidas de contingência impostas pela Covid-19 tinha provocado mudanças abruptas no comportamento humano, nomeadamente na forma como se estava a pensar o planeamento das cidades, tendo-se passado cem anos a planeá-las para dar prioridade à circulação automóvel e agora, na próxima década, iria-se assistir, nas diversas Autarquias e a nível mundial a uma inversão completa dessa estratégia. No fundo, a pandemia forçou um acelerar do repensar sobre a qualidade de vida urbana e com isso, via-se o surgimento das tendências do urbanismo tático, o conceito do bairro ou das cidades a quinze minutos, a construção das ciclovias, das zonas de coexistência e das acessibilidades no espaço urbano para todos. Mais salientou que todos esses exemplos eram movimentos que vinham a surgir, essencialmente desde 2010, mas cuja intervenção no espaço urbano tinha acelerado, desde há um ano atrás e de forma irreversível. Em simultâneo, esse confinamento forçado de vários meses, tinha demonstrado com maior clareza que no concelho da



Maia, na maior parte das suas freguesias, havia uma necessidade grande de espaços de lazer onde existissem essas condições de acessibilidade para todos e de dimensões para caminhadas ao ar livre, parques esses com uma extensão de um ou meio hectare. Mais referiu que, mesmo em zonas rurais como São Pedro de Fins, Folgosa, Nogueira, Silva Escura e Milheirós, não havia esse tipo de parques, onde seria mais fácil de implementar. Em freguesias com uma densidade populacional grande, como eram Águas Santas e Pedrouços, a situação ainda era mais gritante. Salientou que na zona toda de Águas Santas, desde a zona de Sangemil até à zona do Mosteiro, da Lionesa até à Escola EB 2,3 e Secundária de Águas Santas e Caverneira, não havia espaço nenhum onde as pessoas pudessem andar a pé, e em Pedrouços a situação era a mesma. Mais deu nota de dois parques, um em Ermesinde, freguesia contígua a Águas Santas, e outro em Leça do Balio, onde haviam essas condições de acessibilidade, não havendo desníveis que impedissem as pessoas de caminhar e tinham dimensão suficiente para esses passeios. Na Maia, com freguesias cortadas pela A4 e pela A3, Águas Santas e Pedrouços, cujas intervenções tinham descaracterizado por completo esses lugares, urgia inverter essa injustiça, com a implementação de medidas compensatórias e que eram justas para essa população. Mais salientou que sabia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal concordava com essa necessidade, tendo-se já falado em outras reuniões, que uma das últimas manchas verdes existentes era exatamente a zona da Caverneira, em que na Rua Dr. António dos Santos havia dimensão para fazer um parque urbano digno desse nome, referindo que a Autarquia já dispunha de alguns terrenos nessa zona, mas havia outros que estavam à venda, mostrando um anúncio de um terreno com cerca de oitenta e quatro apartamentos, e mais perto da zona de Sangemil havia também uma placa de venda de terreno, de retoma de banco. Mais referiu que não sabia se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento da venda desses lotes contíguos a terrenos que a Autarquia detinha e cuja aquisição permitiria compensar territorialmente toda essa população dos lugares da Caverneira, Mosteiro e Sangemil. Mais acrescentou que também teria outra vantagem que era a proximidade às Escolas EB1 e Secundária de Águas Santas e esses jovens não tinham uma zona de lazer onde pudessem conviver.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que na zona da Caverneira tinham a Quinta da Caverneira, perto da escola



[Handwritten signature]

secundária.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota de que a Quinta da Caverneira não era um parque urbano aberto ao público, salientando que era nesse sentido que se estava a referir, senão o Senhor Presidente também iria dizer que existia o Parque de Moutidos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago clarificou que o Parque de Moutidos era um parque urbano assim como era a Quinta da Caverneira, a Quinta da Gruta e a Casa do Alto que, para além do parque tinham equipamentos diversos de estar e de lazer, culturais e sociais. Mais acrescentou que eram magníficos espaços verdes.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras continuou a sua intervenção, dando nota de que durante esse período de confinamento, tinha sido notório que essa população teve necessidade de mais locais para fazer os seus passeios higiénicos, mais ciclovias, mais espaços verdes de maior extensão com desníveis que permitissem a circulação em cadeiras de rodas e outras limitações que a maioria da população tinha ou poderia vir a ter. O segundo ponto prendia-se com uma intervenção recente que a Câmara Municipal tinha feito na Rua de Altino Coelho, salientando que a Coligação "Um Novo Começo" corroborava a estratégia de implementar ciclovias urbanas na cidade, não eram ciclovias de lazer, que também tinham o seu lugar, mas como prioritário, defendiam as ciclovias para as pessoas se deslocarem em termos urbanos, de centros urbanos para outros. E esse era o caso da ciclovia que tinha sido pintada recentemente, tendo constatado *in loco*, mas também através das redes sociais, onde viu alguns comentários sobre essa situação, dos quais daria nota. Mais referiu que desde 20 de abril do ano transato, tinha entrado em vigor a primeira grande revisão ao regulamento de sinalização de trânsito (RST), que visava disciplinar e legislar sobre sinalização horizontal e vertical. Nesse caso em concreto, essa pintura – amarelo intermitente – estava completamente proibida em termos de sinalização de uma ciclovia, estando-se a assistir a um proliferar dos modos suaves tinha que haver regras. Mais acrescentou que, a nível nacional, não havia uma cor definida para as ciclovias e isso estava a criar uma série de anacronismos, havendo ciclovias de muitas cores. Também realçou que esse regulamento não impunha uma cor para as ciclovias, defendendo a Senhora Vereadora que a nível nacional poderia



ser algo semelhante ao da Holanda, onde a cor para as ciclovias era uma cor terra, para não conflitar com o resto das regras de trânsito. Atualmente, e se um ciclista sofresse um atropelamento nessa via, o seguro não cobriria, colocando-se à margem. Mais deu nota de que esse projeto não respeitava a lei, sendo necessário ter isso em atenção em relação às ciclovias que iriam ser implementadas, definindo-se uma cor, aconselhando a mesma cor da Holanda, dado que era uma cor neutra e todos identificariam como uma ciclovia. O seu terceiro ponto prendia-se com o facto de que na zona por detrás da escola básica do 2.º e 3.º ciclo de Pedrouços havia uma cobertura de um espaço desportivo municipal e que atualmente tinha sofrido um vandalismo total, mas esse espaço urgia estar ao serviço da população e ainda por cima com uma escola na parte detrás, sendo necessária a intervenção da Câmara Municipal e conseguir-se devolver as condições de segurança à população e tornar esse equipamento utilizável.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, dando nota de que, conforme falado nas reuniões de 15 de fevereiro e depois 15 de março, faltava ainda terem acesso ao acordo do chamado SNC, que dizia que o apoio ao desporto tinha que ter a cláusula quarta, conforme já tinham visto essa questão nas já citadas reuniões camarárias, mas até à data não tinham sido enviados os dados técnicos que explicavam a mudança feita pela Câmara Municipal aos novos vínculos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da Reunião, Marisa Neves, sobre esses dados em falta, tendo esta dado nota de que iria relembrar a Diretora do DFP, Alexandra Carvalho, e que depois daria resposta.

Mais referiu o Senhor Presidente que, em relação às questões da Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, estava de acordo com as preocupações referidas e que, com a situação pandémica, hábitos, costumes e necessidades tinham-se alterado para todos e teriam que acompanhar essas novas exigências pós-pandemia, adaptando-se a essas novas realidades. Considerava que, cada vez mais, o espaço público disponível para as pessoas devia imperar, em detrimento do automóvel, estando-se já a fazer um grande esforço nesse sentido, com a realização de obras em vários pontos do Concelho no âmbito dos "modos suaves". Mais referiu que se pretende atingir objetivos de vivências de "cidades quinze minutos", onde se



podia viver com qualidade de vida e ter espaços de lazer e de estar, onde se podia trabalhar em casa ou até em espaços partilhados de trabalho, a pouca distância, a quinze minutos a pé ou outro modo suave, poder-se chegar a tudo que era habitual no dia a dia. Mais deu nota de que, enquanto município do Grande Porto, a Maia era aquele que mais áreas verdes públicas tratadas tinha, sendo na ordem de doze metros quadrados por habitante, não havendo nenhum município vizinho com esse rácio. Mais referiu que, nesse momento, o Município tinha em fase de obra um parque em Alvura, junto ao rio Leça, um parque na Quinta do Mosteiro e a melhoria do parque da Ponte de Moreira, para além de, em conjunto com o município de Matosinhos, estar em curso uma ciclovia/ecopista ao longo do Rio Leça, e de se estarem a elaborar os projetos e intervenção no Rio Leça a montante da Ponte da Pedra até à zona da Travagem, em Ermesinde. E que, tudo isso, estava a ser realizado no âmbito da estratégia global dos quatro Municípios que iriam assinar a escritura de constituição da Associação de Municípios do Corredor do Rio Leça. Mais salientou que também iriam ter a oportunidade de apresentar um projeto, no âmbito do ambiente e do planeamento, de caminhos pedestres existentes no Concelho, de caminhos públicos e de servidão, que formavam cerca de cento e setenta km, podendo assim dar-lhes forma, divulgando e sistematizando numa rede de caminhos pedestres e de BTT, entre outros, em todo o Concelho, para que as pessoas tivessem conhecimento dos mesmos e usufruíssem, e que, sem grande investimento, pudessem ficar disponíveis para todos. Mais deu nota de que na zona de Sangemil iriam construir um jardim, á Rua do Regado, com cerca de meio hectare, dotado de equipamento infantil e de lazer, estando a ser ultimado o projeto, e que também estava em fase de conclusão um jardim em Folgosa, junto à igreja. Mais acrescentou que já estavam adjudicadas as obras nas Feiras da Maia e de Pedras Rubras, que eram dois belíssimos espaços de lazer onde havia arborização, que no Concelho era única. Eram espaços que estavam subaproveitados, onde se realizam feiras semanais, ao sábado e à quinta-feira, respetivamente, e nos restantes dias, esses espaços podiam ser de lazer e de fruição cultural. Em relação ao Parque de Avioso, referiu que era o segundo maior parque urbano da Área Metropolitana do Porto, logo a seguir ao Parque da Cidade do Porto. Mais acrescentou que também estavam a desenvolver um projeto na zona da Taím, no Parque Millennium, onde, num terreno com setenta hectares, cerca de vinte e cinco estão destinados a um bosque que está a ser projetado pelo



arquiteto Sidónio Pardal. Quanto à zona da Caverneira, o Senhor Presidente deu nota de que o terreno referido pela Senhora Vereadora era pertença de uma empresa que já tinha contactado a Câmara Municipal, dado que pretendiam fazer um pequeno edifício à cota alta, na urbanização poente ao cemitério de Águas Santas, cedendo depois o resto do terreno para integrar no parque da Caverneira. Mais deu nota de que junto à Quinta da Pícu, a Autarquia estava a tentar negociar um terreno – a Quinta do Além – que permitiria ligar a Pícu à Avenida da Granja. Em relação às ciclovias, deu nota de que iria averiguar o rigor regulamentar e se estavam a cumprir ou não com a cor, dando nota de que havia zonas do Concelho onde o próprio betão já era de uma cor mais ocre e que na zona referida as ciclovias estavam a ser repintadas. Em relação ao Polidesportivo de Pedrouços, informou que o mesmo iria ser intervencionado, o que já era a terceira vez. Mais deu nota de que lhe tinha sido comunicado que eram jovens, possivelmente não do Município que, por malvadez, o destruíam. Mais acrescentou que iria ser elaborado um Protocolo com o Agrupamento de Escolas de Pedrouços para a comunidade escolar usar durante o dia aquele espaço desportivo e no final do dia e fim de semana o mesmo ficar aberto ao uso geral.

A Senhora Vereadora Emília de Fátima Moreira dos Santos interveio, dando nota de que as obras no Polidesportivo começariam no dia seguinte.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira questionou se a instalação elétrica também iria ser assegurada, na Feira da Maia, dado que não era possível usar o terminal de multibanco.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, informou que com aquelas obras, esse problema seria resolvido.

Apresentação de um **Voto de Pesar** pelo falecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Almeida Henriques, o qual foi **aprovado por unanimidade**.

2. Aprovação da ata da 8.ª reunião extraordinária de 08 março de 2021

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota de que tinha feito algumas retificações em termos do português e erros gramaticais e já tinha enviado para a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da



Handwritten signature in blue ink.

reunião, Marisa Neves.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira deu nota de que o valor que estava por extenso (quatro mil e quinhentos) não correspondia ao valor numérico (4300), na página nove, segundo parágrafo, linha nove.

Submetida a discussão e votação foi a ata da 8.^a reunião extraordinária de 08 de março de 2021 **aprovada por unanimidade**, com breves retificações propostas pela Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras e pela Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira.

Não participou na votação desse ponto a Senhora Vereadora Ana Cristina Alves Correia, por não ter estado presente nessa reunião.

3. Aprovação da ata da 9.^a reunião ordinária pública de 15 março de 2021

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, dando nota de que havia várias coisas em falta, do mesmo género da ata de 15 de fevereiro, que já tinham ouvido gravação e a mesma estava a ser refeita, dado que o que estava em falta era muito. Mais acrescentou que acontecia o mesmo com a ata que estavam agora a aprovar e que ele próprio e o Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho iriam ouvir a gravação, mas considerava que as falhas que estavam a acontecer eram muitas, solicitando que isso fosse tomado em conta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago deu nota de que não sabia quais eram as questões que, concretamente, estavam em causa e o que queria era que as atas traduzissem fielmente o que se passava nas reuniões, que estivessem bem-feitas e que fossem aprovadas em tempo útil.

A Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da reunião, Marisa Neves, interveio, dando nota de que nem sempre em todas as intervenções ficava *ipsis verbis* o que se dizia, que as atas não eram feitas em discurso direto, tentando-se reproduzir o mais fielmente o discurso e a intenção das intervenções de todos os Senhores Vereadores e do Senhor Presidente. Reiterou que não era uma transcrição *ipsis verbis*, ficando o que era de mais relevante; no entanto, e após auscultação da gravação pelos senhores Vereadores, se pretendessem que ficasse em ata, então era feita a transição *ipsis verbis*. Naquele caso em concreto, não sabia se o Senhor Vereador se referia às suas intervenções e do Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva



Pinho ou de mais algum membro da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho referiu que tinham passado horas a ouvir a gravação de 15 de fevereiro, onde havia intervenções que eram cortadas e que depois a resposta subsequente não tinha sentido. Sobre a questão de os Técnicos acharem o que devia ficar em ata ou não, considerava que o que tinha que ficar em ata era o que tinha sido dito na reunião.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que não era exatamente assim e o que tinha que ficar em ata não tinha que ser *ipsis verbis*, e o que a lei dizia era que a ata tinha que ser um resumo daquilo que de essencial se passou na reunião. Salientou que o que fica registado em ata das suas declarações é o que ele próprio considerava que deveria ficar e não o que o Senhor Vereador considerava. Mais acrescentou que o Senhor Vereador não poderia querer da Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da reunião, Marisa Neves, nem dos Técnicos, que escrevessem aquilo que ele queria que fosse para a ata.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho esclareceu que não tinha sido isso que tinha dito e que quando dizia algo sobre um tema, e depois havia resposta que era cortada, e depois ele falava de novo, citando a resposta em causa, mas se ela não constava, o discurso não tinha nexos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota de que já tinha participado em inúmeras reuniões camarárias, em outros mandatos, em que as atas respetivas eram muitíssimo abreviadas em contraponto com o enfadonho que seriam se adotado o modelo pretendido pelo Senhor Vereador.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho esclareceu que o que pretendia, e tal já tinha sido discutido, era que, o que deveria constar na ata, era o que se tinha passado e não aquilo que queriam que se tivesse passado. Mais acrescentou que não queria que mudassem o sentido da ata, e se as pessoas tinham intervindo, e depois essa intervenção era cortada, tal não poderia acontecer.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota de que já tinha transmitido à Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da reunião, Marisa Neves, na última reunião que tiveram para ouvir a



gravação e na qual tinha verificado que haviam intervenções que não constavam da ata final, e eram sobre temas que estavam em discussão e sequenciais, salientando que isso tinha que ficar. Mais acrescentou que passava horas a ouvir gravações, de forma gratuita, algo já cansativo, exigindo que aquilo que se passava na reunião ficasse em ata.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que o Senhor Vereador deveria fazer aquilo que as Senhoras Vereadoras Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras e Paula Cristina Romão Pereira faziam, que era enviar um *e-mail* com as retificações propostas, mas o Senhor Vereador dizia que tinha que ouvir a gravação.

O Senhor Vereador respondeu que apontava tudo e havia nessa ata quatro pontos onde faltavam intervenções, mas como não sabia exatamente o que era, e eventualmente, poder haver alguma falha sua, teria que ouvir a gravação. Mais referiu que tal tinha acontecido com a ata da reunião de 1 de fevereiro, tendo a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da reunião, Marisa Neves, apontado o que estava em falta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que as falhas apontadas constituíam uma apreciação dos Senhores Vereadores, mas poderiam não ser acatadas, dado que se fossem nas suas intervenções estava bem, mas se fossem nas intervenções de outros intervenientes, ele próprio iria apreciar as retificações propostas nas suas intervenções.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho reiterou que gostava que nas atas ficasse explanado o máximo possível das intervenções.

Submetida a discussão e votação foi a ata da 9.ª reunião ordinária pública de 15 de março de 2021 **aprovada por unanimidade**, com breves retificações propostas pela Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, e com a condição de audição da gravação áudio da reunião pelos Senhores Vereadores Jaime Manuel da Silva Pinho e José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, nos termos acordados em reunião de Câmara.

Não participou na votação do ponto a Senhora Vereadora Ana Cristina Alves Correia, por não ter estado presente nessa reunião.



4. Atribuição de um apoio financeiro à Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Miguel da Maia, na Freguesia da Cidade da Maia, nas obras de requalificação do Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho

Proposta n.º 5765/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta da concessão de um apoio financeiro à Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Miguel da Maia, no valor de 22 077,03 Euros, aprovada por unanimidade.

5. Realização da 26.ª edição do Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia – entre os dias 1 e 10 de outubro de 2021

Proposta n.º 2533/21, subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Submetida a discussão e votação foi a proposta da realização da 26.ª Edição do Festival de Teatro Cómico da Maia, aprovada por unanimidade.

6. Isenção excecional da faturação das refeições escolares durante o período de confinamento entre 1 de fevereiro e 14 de março de 2021

Proposta n.º 12 366/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Emília de Fátima Moreira dos Santos

Submetida a discussão e votação foi a proposta da aplicação excecional da medida de isenção de faturação das refeições escolares, aprovada por unanimidade.

7. Donativo ao abrigo da Lei do Mecenato, no âmbito das medidas de combate à COVID-19

Proposta n.º 11 789/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Emília de Fátima Moreira dos Santos

Submetida a discussão e votação foi a proposta da aceitação do donativo no valor total de 3032,00 Euros, aprovada por unanimidade.



8. Proposta de postura de trânsito na Rua de Covas, Freguesia de Nogueira e Silva Escura

Proposta n.º 1170/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta de postura de trânsito, aprovada por unanimidade.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

9. Adenda ao contrato escrito n.º 11/2021, para a empreitada de obras públicas: "Reformulação do Mercado - Feira de Pedras Rubras, na Freguesia de Moreira: - Retificação da percentagem referida no n.º 1 da cláusula 17.ª"

Informação n.º 7971/21, elaborada pela Chefe de Divisão de Contratação Pública, Albertina Moreira

Submetida a discussão e votação foi a ratificação da minuta da adenda ao contrato escrito n.º 11/2011, aprovada por unanimidade.

10. Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves – requalificação do espaço pedonal e ciclável – núcleo urbano do Castelo da Maia – no âmbito do PEDU – Norte 2020 – Ação 1.7 – Lote 2 EV17/9 – Ajustamento de planos: Plano de trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro

Informação n.º 4294/21, emanada do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade

Submetido a discussão e votação foi o ajustamento de planos: plano de trabalho, plano de mão de obra, plano de equipamentos, plano de pagamentos e cronograma financeiro, aprovado por unanimidade.

11. Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves – requalificação do espaço pedonal e ciclável – núcleo urbano de Águas – Norte – 05- 1406 FEDER – 000106 EV6/19 – Ajustamento de planos: Plano de Trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro



Informação n.º 4565/21, emanada do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade

Submetido a discussão e votação foi o ajustamento de planos: plano de trabalho, plano de mão de obra, plano de equipamentos, plano de pagamentos e cronograma financeiro, aprovado por unanimidade.

12. Processo de loteamento – Helvit – Investimentos Imobiliários, Lda.

Submetido a discussão e votação foi o deferimento e concessão da alteração ao lote 16 do alvará de loteamento 9/00, com sujeição às condições impostas na informação técnica, aprovados por unanimidade.

13. Processo de loteamento de iniciativa municipal – Município da Maia

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras solicitou ao Senhor Presidente se poderia esclarecer esse processo, questionando se a Câmara estava a definir as condições de loteamento para essa zona, independentemente de serem da Câmara ou não.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, solicitou que fossem prestados esclarecimento de natureza técnica.

O Senhor Diretor do Departamento de Sustentabilidade Territorial, Francisco Cunha esclareceu que não era uma alteração ao loteamento, mas um loteamento clandestino, na Rua de Goa, na freguesia de Águas Santas e tinha sido articulado com os respetivos proprietários, não tendo ainda sido emitido o alvará. Mais deu nota de que as taxas foram calculadas lote a lote, uma vez que era clandestino, e o lote cinco não tinha construção, e cada um teria que compensar o valor correspondente a sessenta metros quadrados, dado que não tinha havido nenhuma compensação.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se então cada lote pagava a sua parte, tendo o Senhor Diretor de Departamento respondido que pagaria a sua parte em função da área que detinha.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras questionou se algum daqueles lotes era da Câmara, tendo o Senhor Diretor de Departamento respondido que não.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu



nota de que esses loteamentos tinham sido feitos há anos, sob uma génese ilegal, e a Câmara perante esse tipo de situações, criou uma estrutura interna, com algum apoio externo de consultadoria de desenho ou infraestruturas, para conceber o loteamento de forma a poder ser aprovado. Mais referiu que como as obras de urbanização já tinham sido realizadas e pagas pela Câmara Municipal, para estancar o problema, e como os proprietários não tinham os lotes legalizados, a Câmara Municipal voltava a oferecer uma segunda ajuda, que era a de legalizar o loteamento e daí ele ser de iniciativa municipal. Determinados e solvidos os custos que cada um teria que suportar pelas taxas, pelas obras de infraestruturas e outras, seriam emitidos os alvarás a cada lote. Mais acrescentou que não haveriam loteamentos clandestinos no Concelho, e se houvesse um ou outro era porque não podiam ser legalizados.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota de que na Rua de Goa não havia acessos, pelo que estava a ver no *google maps*, questionando se a mesma iria ter.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que havia acessos, tendo o Senhor Diretor do Departamento mais acrescentado que o acesso era pela Rua Augusto Simões.

Submetido a discussão e votação foi a concessão da licença de operação de loteamento com obras de urbanização, com sujeição às condições impostas na informação técnica, aprovada por unanimidade.

14. Processo de construção, em nome de Perhabita – Sociedade de Construções, Lda.

Submetido a discussão e votação foram as alterações efetuadas nos termos do disposto no ponto 8 do artigo 27.º do RJUE e deferimento do projeto de arquitetura, sujeito às condições impostas na informação técnica, aprovados por unanimidade.

15. Processo de construção, em nome de Ernesto Martins

Submetido a discussão e votação foram as alterações efetuadas nos termos do disposto no ponto 8 do artigo 27.º do RJUE, o deferimento do projeto de arquitetura e a concessão de licença, sujeito às condições impostas na informação técnica, aprovados por unanimidade.

16. Processo de construção, em nome de Aldi – Portugal Supermercados, Lda.



Submetido a discussão e votação foi o deferimento da redução da caução das obras de urbanização tituladas pelo alvará de construção n.º 292/19, em 80% do seu valor inicial, ficando a Câmara Municipal na posse de 20%, conforme despacho exarado na informação técnica, aprovado por unanimidade.

17. Aquisição de serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes, das instalações municipais, pelo prazo de 6 meses, período de tempo necessário à conclusão do concurso limitado por prévia qualificação, cuja fase de formação do contrato se encontra em curso

Proposta de procedimento

Proposta n.º 12 073/2021 emanada do Departamento de Finanças, Património e Aprovisionamento

Submetido a discussão e votação foi a proposta de procedimento e seus anexos, aprovada por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação "Um Novo Começo".

18. Empreitada de "Requalificação e modernização da EB 2,3 Vieira de Carvalho em Moreira da Maia – Acordo de Colaboração com o Poder Central" – Trabalhos complementares de natureza imprevisível e não previstos e prorrogação de prazo e trabalhos a menos

Propostas n.ºs 12 809/21 e 12 878/21, emanadas da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho deu nota de que essas situações começavam a ser muito recorrentes e tinham uma vez mais um derrapar do preço, na ordem dos treze e meio por cento, sabendo que estava dentro da margem legal, mas considerava que não era uma boa política estar permanentemente a corrigir empreitadas que eram objeto de concurso, até que isso poderia ferir, de alguma forma, a justeza entre os concorrentes ao processo. Mais acrescentou que como tal, iriam votar contra a aprovação desse ponto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, recordou que na preparação dessa empreitada houve que se retirar um conjunto de obras inicialmente previstas por forma a adequar o valor total às condicionantes



JPur

oriundas do Ministério da Educação para aceder a fundos comunitários. Mais deu nota de que só ao terceiro concurso, e em razão do valor base, é que tinham conseguido adjudicatário e isso era uma realidade, e não era só na Maia. Os Governos demitiam-se das suas responsabilidades e arranjavam forma de “passar a bola” para os municípios a troco de uns fundos comunitários que não eram do Governo, mas sim europeus. Mais referiu que o Governo fazia cativações para que as contas no final do ano dessem certas e no momento, só conseguiram reduzir o défice à custa dessas cativações. Nessa situação concreta, a Autarquia, assumindo o papel do Governo, tinha duas opções: ou deixava a escola por acabar ou assumia. A Câmara Municipal tinha recebido cerca de sete milhões de euros para três escolas, mas não era suficiente para a intervenção nas três, sendo que na EB 2,3 Vieira de Carvalho a diferença tinha sido maior. Mais referiu que, e dando o exemplo do pavilhão desportivo que tinha ficado de fora, a Câmara iria promover uma candidatura para a sua reabilitação e, ao mesmo tempo, também candidatar-se para o valor que estava agora em causa, mas, para isso, tinham que evidenciar maturidade daquilo que solicitavam, assumindo a responsabilidade que não lhes cabia. Mais acrescentou que a posição da Coligação “Um Novo Começo” deixava a Autarquia “dependurada” e a escola ficava inoperacional para a comunidade.

Submetido a discussão e votação foi a proposta de trabalhos complementares de natureza imprevisível e não previstos e prorrogação de prazo e da proposta de trabalhos a menos e aprovação das minutas do contrato, **aprovadas por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação “Um Novo Começo”**.

19. Aditamento ao terceiro aditamento ao contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto

Proposta n.º 13097/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetido a discussão e votação foi o aditamento ao terceiro aditamento ao contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, com efeitos retroativos à data de 28 de dezembro de 2019, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º



da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

20. Regulamento Municipal dos Tarifários Sociais de Água, Saneamento e Resíduos Urbanos da Maia

Proposta n.º 13 094/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

A Senhora Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota de que com esse Regulamento pretendiam apresentar um novo tarifário social e incorporar um regulamento específico para as famílias numerosas, acrescentando que o mesmo já tinha estado em reunião camarária, já tinha sido objeto de discussão pública, não tendo havido contributos. Mais referiu que os Serviços entenderam propor uma série de alterações ao mesmo, que estavam patentes no documento, e que esse regulamento cumpria também o que tinha sido definido pela ERSAR quanto às recomendações relativas aos beneficiários do mesmo, considerando que com esse regulamento iriam chegar a mais famílias do que com o anterior.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago acrescentou que com esse regulamento pretendiam atender às famílias mais numerosas, aliás compromisso assumido em termos eleitorais, chegar a mais pessoas e fazê-lo de uma forma mais amigável em termos sociais, dado que quem se enquadrasse neste regulamento teria um desconto muito significativo quanto ao consumo de água e recolha de saneamento.

A Senhora Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, complementando que era trinta por cento na componente fixa e variável e a isenção da tarifa dos resíduos urbanos, de acordo com o regulamento em vigor da Maiambiente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, salientou que era uma boa opção, acrescido pelo período de situação pandémica que se vivia e que as pessoas socialmente mais frágeis teriam que ser atendidas e seriam com esse novo modelo de regulamento social, quer para a água, quer para o saneamento, e quer para os resíduos sólidos. Mais referiu que a isso era somado o



Handwritten signature in blue ink.

programa “Recrimaia” que poderia ser solicitado por proprietários ou por inquilinos.

Submetido a discussão e votação foi o Regulamento Municipal, aprovado por unanimidade.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

21. Designação de representantes do Município da Maia nos Órgãos Sociais do CORREDOR DO RIO LEÇA – Associação de Municípios

Proposta n.º 13 113/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta da designação dos Senhores e das Senhoras Vereadoras, Marta Moreira de Sá Peneda, Paulo Fernando de Sousa Ramalho e Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, como membros efetivos da Assembleia Geral da Associação de Municípios Corredor do Rio Leça, e Mário Nuno Alves Sousa Neves como suplente; para integrar o Conselho Fiscal, aprovação da proposta ao Conselho Executivo da Associação, a nomeação da Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do município da Maia, Alexandra Maria de Carvalho Pereira, aprovada por unanimidade.

22. Medidas de apoio à atividade educativa não presencial, em números

Informação n.º 12 648/2021, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação e Ciência, Emília de Fátima Moreira Santos

Tomado conhecimento.

23. Balanço à Tesouraria da Câmara Municipal da Maia (abertura do dia 04 de janeiro de 2021)

Informação n.º 7582/21, emanada da Divisão de Contabilidade

Tomado conhecimento.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 18:29h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 19 (dezanove) páginas e respetivos anexos.



O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 06 de abril de 2021